



# PREFEITURA MUNICIPAL DE DIVINO

ESTADO DE MINAS GERAIS

Lei nº 1.550 de 30 de junho de 2003.

“Dispõe sobre as diretrizes para a elaboração da lei orçamentária de 2004 e dá outras providências”.

A Câmara Municipal aprovou e Eu, Prefeito Municipal de Divino, sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º - São estabelecidas, nesta lei as diretrizes orçamentárias do Município para o exercício de 2004, compreendendo:

- I - as prioridades e metas da administração pública municipal;
- II - a estrutura e organização dos orçamentos;
- III - as diretrizes gerais para a elaboração e execução dos orçamentos do Município e suas alterações;
- IV - as disposições relativas à dívida pública municipal;
- V - as disposições relativas às despesas do Município com pessoal e encargos sociais;
- VI - as disposições sobre alterações na legislação tributária do Município.

Art. 2º - As metas e as prioridades para o exercício financeiro de 2004 são as especificadas no Plano Plurianual relativas ao período 2004/2006, e devem observar as seguintes estratégias:

- I - consolidar a estabilidade econômica com crescimento sustentado;
- II - promover o desenvolvimento sustentável voltado para a geração de empregos e oportunidades de renda;
- III - combater a pobreza e promover a cidadania e a inclusão social;
- IV - consolidar a democracia e a defesa dos direitos humanos;

Parágrafo único. As denominações e unidades de medida das metas do projeto de lei orçamentária anual nortear-se-ão pelas utilizadas na Lei do Plano Plurianual, referida no caput deste artigo.





# PREFEITURA MUNICIPAL DE DIVINO

ESTADO DE MINAS GERAIS

Art. 3º - As categorias de programação serão identificadas no projeto de lei orçamentária por funções, programas, subprogramas, atividades, projetos, com a indicação de suas respectivas denominações.

Art. 4º - O orçamento fiscal (e o da seguridade social), discriminará a despesa por unidade orçamentária, detalhada por categoria de programação em seu menor nível, especificando os grupos de despesa, com suas respectivas dotações, conforme a seguir discriminados, indicando, para cada categoria, a unidade orçamentária, a modalidade de aplicação, a fonte de recursos e o identificador de uso:

- 1 - pessoal e encargos sociais;
- 2 - juros e encargos da dívida;
- 3 - outras despesas correntes;
- 4 - investimentos;
- 5 - amortização da dívida;
- 6 - inversões financeiras, incluídas quaisquer despesas referentes à constituição ou aumento de capital de empresas.

Art. 5º - As metas físicas serão indicadas segundo os respectivos projetos e atividades e constarão dos demonstrativos das despesas do orçamento fiscal e da seguridade social segundo os programas de governo, na forma dos anexos propostos pela Lei Federal 4320/64.

Art. 6º - O orçamento fiscal e da seguridade social compreenderá a programação dos Poderes do Município, seus fundos, órgãos, autarquias e fundações instituídas e mantidas pelo Poder Público, bem como das empresas públicas, e demais entidades em que o Município, direta ou indiretamente, detenha a maioria do capital social com direito a voto e que dele recebam recursos do Tesouro Municipal, devendo a correspondente execução orçamentária e financeira ser consolidada no Sistema de Contabilidade.

Art. 7º - O projeto de lei orçamentária anual que o Poder Executivo encaminhará à Câmara Municipal será constituído dos documentos referenciados nos artigos 2º e 22, da Lei Federal 4320/64 e dos seguintes demonstrativos:

- I - consolidação dos quadros orçamentários, na forma do Anexo I, da Lei Federal n.º 4.320/64;





# PREFEITURA MUNICIPAL DE DIVINO

ESTADO DE MINAS GERAIS

II - Da programação referente à manutenção e ao desenvolvimento do ensino, nos termos do artigo 212 da Constituição Federal, observando-se as instruções do Tribunal de Contas do Estado;

Parágrafo único. A mensagem que encaminhar o projeto de lei orçamentária anual conterá:

I - avaliação das necessidades de financiamento do setor público municipal, explicitando receitas e despesas, bem como indicando os resultados primário e nominal;

II - justificativa da estimativa e da fixação, respectivamente, dos principais agregados da receita e da despesa.

Art. 8º - O orçamento da Câmara Municipal para o exercício de 2004, nos termos do artigo 29-A, I, da Constituição Federal, é fixado em R\$ 456.000,00 (quatrocentos e cinquenta e seis mil reais).

Parágrafo único. No detalhamento de sua despesa a ser realizado por meio de Resolução Legislativa, que deverá ser encaminhada ao órgão central de contabilidade até 15 de agosto de 2003, para fins de consolidação do projeto de lei orçamentária anual, a Câmara Municipal terá como parâmetro de suas despesas:

I - Com pessoal e encargos sociais, o gasto efetivo com a folha de pagamento do primeiro semestre de 2003, apurando a média mensal e projetando-a para todo o exercício, considerando os acréscimos legais e o disposto no artigo 169 da Constituição Federal, alterações de planos de carreira, verificados até 30 de junho de 2003, as admissões na forma do artigo 24 desta Lei e eventuais reajustes gerais a serem concedidos aos servidores públicos;

II - Com os demais grupos de despesa, o montante efetivamente executado junto às dotações orçamentárias, observando-se com relação à média e projeção as disposições do Inciso anterior.

Art. 9º - Fica o Presidente da Câmara autorizado a desenvolver, em 2004, existindo recursos financeiros, os seguintes projetos:

- a) Regularizar a situação jurídica da sede da Câmara;
- b) Admitir servidores ou fazer contratações de pessoal, devidamente autorizado;
- c) Promover reajustes nos subsídios dos Vereadores e servidores da Casa, a partir de autorização legislativa;





# PREFEITURA MUNICIPAL DE DIVINO

ESTADO DE MINAS GERAIS

- d) Fazer contratações administrativas, nos termos da lei, para satisfazer necessidades de planejamento, avaliações, pareceres, patrocínio de causas ou defesas jurídicas, treinamentos e aperfeiçoamento de pessoal, projetos básicos de serviços, dentre outros;
- e) Realizar audiências públicas, seminários, debates, conferências e outros.

Art. 10 - Os projetos de lei relativos a créditos adicionais serão apresentados na mesma forma e com o detalhamento estabelecido na lei orçamentária anual.

§ 1º - Acompanharão os projetos de lei relativos a créditos adicionais exposições de motivos circunstanciadas que os justifiquem e que indiquem as conseqüências dos cancelamentos de dotações propostas sobre a execução das atividades e dos projetos.

§ 2º - Cada projeto de lei deverá restringir-se a uma única modalidade de crédito adicional.

§ 3º - Nos casos de abertura de créditos à conta de recursos de excesso de arrecadação, as exposições de motivos conterão a atualização das estimativas de receitas para o exercício.

§ 4º - O texto da lei orçamentária anual poderá autorizar a abertura de créditos suplementares, especificando um limite percentual.

Art. 11 - O Poder Executivo, quando da execução orçamentária, através do cronograma de desembolso financeiro, tomará as providências necessárias à obtenção de resultado primário positivo.

Art.12 - Quando ao final de um bimestre for verificado que a realização da receita poderá não comportar o cumprimento das metas de resultado primário ou nominal, previstas no Anexo de Metas Fiscais, os Poderes Executivo e Legislativo promoverão por ato próprio e nos montantes necessários, nos trinta dias subseqüentes, limitação de empenho e movimentação financeira observando-se os seguintes critérios:

I - Quando a despesa com pessoal mostrar-se superior aos limites legais, deverá o Poder proceder à recondução de referidas despesas a tais limites;

II - Não sendo suficientes a recondução de que trata o Inciso anterior, o respectivo Poder deverá proceder à redução de suas aplicações em investimentos em pelo menos 20% do valor previsto;

III - Diante das medidas anteriores, se mesmo assim permanecer o resultado primário ou nominal negativo a redução deverá se dar junto às despesas de custeio, observando-se o montante necessário ao atingimento dos resultados pretendidos.





# PREFEITURA MUNICIPAL DE DIVINO

ESTADO DE MINAS GERAIS

Artigo 13 - Se a Dívida consolidada do município, ao final de um quadrimestre, ultrapassar aos limites fixados, deverá ela ser reconduzida ao referido limite no prazo máximo de um ano, reduzindo-se o excesso em pelo menos 25% no primeiro quadrimestre.

Parágrafo Primeiro: Enquanto perdurar o excesso, o município:

I - Estará proibido de realizar operação de crédito interna ou externa, inclusive por antecipação de receita.

II - Obterá o resultado primário necessário à recondução da dívida ao limite, promovendo, entre outras medidas, a limitação de empenho na forma do artigo anterior.

Art. 14 - Ao controle interno do município será atribuída competência para periodicamente proceder à verificação e ao controle de custos dos programas financiados com recursos do orçamento, assim como para proceder à avaliação dos resultados dos programas previstos.

Art. 15 - As despesas com o pagamento de precatórios judiciais correrão à conta de dotações consignadas com esta finalidade, que constarão das unidades orçamentárias responsáveis pelos débitos.

Art. 16 - Na programação da despesa não poderão ser:

I - fixadas despesas sem que estejam definidas as respectivas fontes de recursos e legalmente instituídas as unidades executoras, de forma a evitar a quebra do equilíbrio orçamentário entre a receita e a despesa;

II - incluídos projetos com a mesma finalidade em mais de um órgão;

III - transferidos a outras unidades orçamentárias os recursos recebidos por transferências voluntárias;

Art. 17 - Além da observância das prioridades e metas fixadas nos termos do artigo 2º, a lei orçamentária e seus créditos adicionais somente incluirão projetos novos se:

I - tiverem sido adequadamente contemplados todos os projetos em andamento;

II - os recursos alocados viabilizarem a conclusão de uma etapa ou a obtenção de uma unidade completa, considerando-se as contrapartidas exigidas quando da alocação de recursos federais ou estaduais ao Município.





# PREFEITURA MUNICIPAL DE DIVINO

ESTADO DE MINAS GERAIS

Art. 18 - Os orçamentos que compõem a Lei Orçamentária anual deverão conter previsão orçamentária que assegure a conservação e manutenção do patrimônio público municipal.

Art. 19 - É vedada a inclusão, na lei orçamentária anual e em seus créditos adicionais, de dotações a título de subvenções sociais, ressalvadas aquelas destinadas a entidades privadas sem fins lucrativos, que preencham as seguintes condições:

I - sejam de atendimento direto ao público, de forma gratuita, nas áreas de assistência social, saúde, educação ou cultura;

II - não tenha débito de prestação de contas de recursos anteriores;

III - tenham sido declaradas por lei como entidades de utilidade pública.

§ 1º - Para habilitar-se ao recebimento de subvenções sociais, a entidade privada sem fins lucrativos deverá apresentar declaração de funcionamento regular nos últimos dois anos, emitida no exercício de 2004 por autoridade local e comprovante de regularidade do mandato de sua diretoria.

§ 2º - As entidades privadas beneficiadas com recursos públicos a qualquer título submeter-se-ão à fiscalização do Poder concedente com a finalidade de verificar o cumprimento de metas e objetivos para os quais receberam os recursos.

§ 3º - As transferências efetuadas na forma deste artigo, deverão ser precedidas da celebração do respectivo convênio.

Art. 20 - A destinação de recursos a título de "contribuições", a qualquer entidade, para despesas correntes e de capital, além de atender ao que determina o artigo 12, §§ 2º e 6º, da Lei nº 4.320, de 1964, somente poderá ser efetivada mediante previsão na lei orçamentária e a identificação do beneficiário no convênio.

Art. 21 - As transferências de recursos do Município, consignadas na lei orçamentária anual, para o Estado, União ou outro Município, a qualquer título, inclusive auxílios financeiros e contribuições, serão realizadas exclusivamente mediante convênio, acordo, ajuste ou outros instrumentos congêneres, na forma da legislação vigente.

Art. 22 - A proposta orçamentária poderá conter reserva de contingência vinculada aos respectivos orçamentos fiscal e da seguridade social, em montante equivalente a no máximo 6% (seis por cento) da receita corrente líquida de cada um, destinada ao atendimento de passivos contingentes e outros riscos e eventos fiscais imprevistos, sendo vedada, na forma do





# PREFEITURA MUNICIPAL DE DIVINO

ESTADO DE MINAS GERAIS

artigo 5º, III, "b", da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000, sua utilização para outros fins.

Art. 23 - No projeto de lei orçamentária para 2004 serão destinados recursos necessários à transferência de recursos ao Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério – Fundef.

Art. 24 - O Poder Executivo, por intermédio do órgão responsável pela administração de pessoal, publicará, até a data de encaminhamento do Projeto de Lei Orçamentária para o ano de 2004, a tabela de cargos efetivos e comissionados integrantes do quadro geral de servidores municipais, assim como das funções públicas existentes no âmbito do Município.

Parágrafo único. O Poder Legislativo, através de órgão próprio, deverá observar as mesmas disposições de que trata o presente artigo.

Art. 25 - No exercício financeiro de 2004, as despesas com pessoal ativo e inativo, dos dois Poderes do Município, observarão os limites mencionados nos artigos 19 e 20, da Lei Complementar 101, de 04 de maio de 2000 e artigo 169 da Constituição Federal.

Art. 26 - No exercício financeiro de 2004, observadas as disposições do artigo anterior, somente poderão ser admitidos servidores, bem como a reposição das perdas salariais se houver dotação orçamentária suficiente para o atendimento da despesa.

Art. 27 - Não será aprovado projeto de lei que conceda ou amplie incentivo, isenção ou benefício, de natureza tributária ou financeira, sem a prévia estimativa do impacto orçamentário-financeiro decorrente da renúncia de receita correspondente.

§ 1º - Caso o dispositivo legal sancionado tenha impacto financeiro no mesmo exercício, o Poder Executivo adotará as medidas necessárias à contenção das despesas em valores equivalentes.

§ 2º - A lei mencionada neste artigo somente entrará em vigor após o a assunção das medidas de que trata o parágrafo anterior.

Art. 28 - Na estimativa das receitas do projeto de lei orçamentária anual poderão ser considerados os efeitos de propostas de alterações na legislação tributária e das contribuições que sejam objeto de projeto de lei que esteja em tramitação na Câmara Municipal.





# PREFEITURA MUNICIPAL DE DIVINO

ESTADO DE MINAS GERAIS

§ 1º - Se estimada a receita, na forma deste artigo, no projeto de lei orçamentária anual:

I - serão identificadas as proposições de alterações na legislação e especificada a receita adicional esperada, em decorrência de cada uma das propostas e seus dispositivos;

II - será apresentada programação especial de despesas condicionadas à aprovação das respectivas alterações na legislação.

§ 2º - O Poder Executivo procederá, mediante decreto, a ser publicado até 30 dias após a sanção da Lei Orçamentária, a troca das fontes de recursos condicionadas constantes da lei orçamentária sancionada, cujas alterações na legislação foram aprovadas antes do encaminhamento do respectivo projeto de lei para sanção, pelas respectivas fontes definitivas.

Art. 29 - A elaboração, a aprovação e a execução da lei orçamentária anual serão realizadas de modo a evidenciar a transparência da gestão fiscal, observando-se o princípio da publicidade e permitindo-se o amplo acesso da sociedade a todas as informações relativas a cada uma dessas etapas.

Art. 30 - São vedados quaisquer procedimentos que viabilizem a execução de despesas sem comprovada e suficiente disponibilidade de dotação orçamentária.

Parágrafo único. A contabilidade registrará os atos e fatos relativos à gestão orçamentário-financeira efetivamente ocorridos, sem prejuízo das responsabilidades e providências derivadas da inobservância do caput deste artigo.

Art. 31 - As unidades responsáveis pela execução dos créditos orçamentários aprovados processarão o empenho da despesa, observados os limites fixados para cada categoria de programação e respectivos grupos de despesa, fontes de recursos, modalidades de aplicação e identificadores de uso, especificando o elemento de despesa.

Art. 32 - Os órgãos e entidades publicarão, até 31 de maio de 2004, os saldos de créditos especiais e extraordinários autorizados e abertos nos últimos quatro meses do exercício financeiro de 2003, que poderão ser reabertos, na forma do disposto no artigo 167, § 2º, da Constituição Federal.

§ 1º - A reabertura de que trata este artigo será efetivada mediante decreto do Poder Executivo.

§ 2º - Na reabertura dos créditos a que se refere este artigo, a fonte de recurso deverá ser identificada dentre as hipóteses previstas no artigo 43, § 1º, da Lei Federal n.º 4.320/64.





# PREFEITURA MUNICIPAL DE DIVINO

ESTADO DE MINAS GERAIS

---

Art. 33 - Para fins de acompanhamento, controle e centralização, os órgãos da administração pública municipal direta e indireta submeterão os processos referentes ao pagamento de precatórios à apreciação da Procuradoria do Município, antes do atendimento da requisição judicial, observadas as normas e orientações a serem baixadas por aquela unidade.

Art. 34 - Não será aprovado projeto de lei que implique o aumento das despesas orçamentárias, sem que estejam acompanhados da estimativa desse aumento e da indicação das fontes de recursos.

Art. 35 - Integra a presente Lei o Anexo de Prioridades da Administração.

Art. 36 - Revogadas as disposições legais em contrário, esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Divino, 30 de junho de 2003.

  
**José Costa Da Silva**  
**Prefeito Municipal**





# PREFEITURA MUNICIPAL DE DIVINO

ESTADO DE MINAS GERAIS

## ANEXO I PRIORIDADES E METAS FÍSICAS DA ADMINISTRAÇÃO

	PRIORIDADES	METAS PRIORITÁRIAS
01	EDUCAÇÃO	<ul style="list-style-type: none"><li>- Manutenção de Prédios Escolares.</li><li>- Aquisição de equipamentos e material permanente.</li><li>- Manutenção de Transporte Escolar.</li><li>- Manutenção do Ensino Fundamental.</li><li>- Manutenção de Convênios com a Secretaria de Estado da Educação.</li><li>- Manutenção do Ensino Pré Escolar.</li><li>- Manutenção de Creches.</li><li>- Transferências ao FUNDEF.</li><li>- Manutenção do Convênio da Merenda Escolar.</li><li>- Patrocínio de Eventos Culturais.</li><li>- Apoio a Festividades Tradicionais do Município.</li><li>- Construção de instalações poliesportivas e apoio ao desporto amador.</li><li>- Manutenção do Programa Dinheiro Direto na Escola.</li><li>- Manutenção de Convênio com Entidades de Ensino Particulares.</li><li>- Implantação de curso de informática para alunos e contratação de instrutores.</li></ul>
02	SAÚDE	<ul style="list-style-type: none"><li>- Manutenção do Fundo Municipal de Saúde.</li><li>- Aquisição de equipamentos e material permanente.</li><li>- Construção, Reforma e Ampliação de Prédios.</li><li>- Manutenção do Programa de Medicina Preventiva – PAB .</li><li>- Manutenção do Programa de Atendimento à população carente com distribuição de medicamentos e auxílio para tratamento fora de domicílio.</li><li>- Manutenção do Programa de Saúde da Família.</li><li>- Manutenção do Programa de Farmácia Básica.</li><li>- Manutenção do Programa de produtos Profiláticos e Terapêuticos.</li><li>- Manutenção de Convênio com a Secretaria de Estado de Saúde (SES-MG).</li></ul> <p>Manutenção do Programa com o Consórcio Intermunicipal de Saúde. Manutenção de convênios com hospitais.</p>
03	SETOR DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	<ul style="list-style-type: none"><li>- Programas de atendimento à população carente: serviços funerais, distribuição de materiais de construção e distribuição de cestas básicas.</li><li>- Manutenção de Convênio com a Secretaria de Assistência Social.</li><li>- Programa de integração do idoso.</li><li>- Programa de assistência à criança e ao adolescente.</li></ul>





# PREFEITURA MUNICIPAL DE DIVINO

## ESTADO DE MINAS GERAIS

04	HABITAÇÃO E URBANISMO	<ul style="list-style-type: none"><li>- Extensão de redes de energia elétrica na sede e zona rural.</li><li>- Pavimentação de vias públicas.</li><li>- Aquisição de equipamentos e material permanente.</li><li>- Construção, reformas e ampliação de prédios.</li><li>- Construção e/ou reforma de praças e jardins.</li><li>- Urbanização de loteamentos.</li><li>- Ampliação e/ou reforma do Cemitério da Sede</li><li>- Abertura e pavimentação de ruas e avenidas na sede e Distritos.</li></ul>
	SANEAMENTO	<ul style="list-style-type: none"><li>- Implantação e/ou ampliação de rede de água na sede e nos córregos.</li><li>- Implantação e/ou ampliação de rede de esgoto na sede e nos córregos.</li><li>- Construção de estações de tratamento de esgotos.</li></ul>
	RODOVIAS	<ul style="list-style-type: none"><li>- Abertura, manutenção e pavimentação de estradas vicinais.</li><li>- Construção e manutenção de pontes.</li></ul>
	TELECOMUNICAÇÕES	<ul style="list-style-type: none"><li>- Construção de Postos Telefônicos na zona rural.</li><li>- Implantação e manutenção de Torres de TV.</li></ul>
05	FAZENDA ADMINISTRAÇÃO	E <ul style="list-style-type: none"><li>- Aquisição de equipamentos e materiais permanentes</li><li>- Construção, reforma e ampliação de prédios.</li><li>- Manutenção de convênios com a APAE, ADMINISTRAÇÃO FAZENDÁRIA, GUARDA MIRIM, HOSPITAIS e outras entidades de utilidade pública.</li><li>- Manutenção de programas de informática.</li><li>- Manutenção de convênios e contratos com fornecedores e prestadores de serviços.</li><li>- Treinamento e aperfeiçoamento de pessoal.</li><li>- Reposição das perdas salariais dos servidores.</li></ul>





# PREFEITURA MUNICIPAL DE DIVINO

ESTADO DE MINAS GERAIS

06	AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE	<ul style="list-style-type: none"><li>- Aquisição de equipamentos e material permanente.</li><li>- Manutenção do Convênio com a EMATER.</li><li>- Manutenção de Convênios com IEF, IMA e Sindicatos.</li><li>- Realização da exposição agropecuária.</li><li>- Aquisição e/ou implantação de área destinada ao Bosque Municipal.</li><li>- Implantação de Áreas de Preservação Ambiental.</li><li>- Aquisição de imóvel para Construção do Aterro Sanitário e/ou Usina de reciclagem de Lixo.</li><li>- Construção do Aterro Sanitário e/ou Usina de Reciclagem de Lixo.</li><li>- Aquisição de terreno para ampliação do parque de exposições.</li><li>- Ampliação do parque de exposições.</li><li>- Aquisição de terreno para construção do matadouro municipal.</li><li>- Construção do matadouro municipal.</li><li>- Manutenção de contratos de assistência técnica.</li><li>- Manutenção do aterro sanitário de acordo com normas legais.</li><li>- Arborização de terrenos e vias públicas.</li></ul>
07	SEGURANÇA PÚBLICA	<ul style="list-style-type: none"><li>- Manutenção do Convênio com a Secretaria de Segurança Pública de Minas Gerais.</li><li>- Manutenção de Convênio com a Polícia Militar de Minas Gerais.</li></ul>
08	DÍVIDA INTERNA	Amortização de Dívida Contratada
09	ASSISTÊNCIA PREVIDÊNCIA E	<ul style="list-style-type: none"><li>- Previdência Social a Inativos e Pensionistas.</li><li>- Previdência Social a Assegurados.</li><li>- Contribuição para o PASEP.</li><li>- Contribuição para Assistência à Saúde do Servidor.</li></ul>